

PUBLICIDADE LEGAL

<p>UNICASA</p>	<p>UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S. A. NIRE 43.300.044.513-RS - CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48</p>	<p>UCAS B3 LISTED NM</p>
<p>Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária</p>		
<p>Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma [Microsoft Teams] ("AGOE"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022; b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e c. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a. Aprovar o aumento do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o limite estatutário; e b. Eleger um novo membro para o Conselho de Administração, para mandato de um ano. Informações Gerais: A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), sendo que para o Boletim de voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo) pela Companhia até 20 de abril de 2023 (inclusive), ou seja 7 (sete) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta de administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa. Conforme disposto no artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail tri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 25 de abril de 2023. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A administração esclarece que os acionistas podem solicitar a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado, observado o disposto nas normas legais e regulatórias aplicáveis. Assim, em cumprimento ao artigo 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado por escrito à Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia, ou seja, até a data de 26 de abril de 2023 (inclusive) até as 10:00 horas. Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, com relação aos candidatos sugeridos pela administração, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/22, constam do Anexo IV a este Proposta. A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Resolução CVM nº 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), e de Relações com Investidores da Unicasa (http://ri.unicasamoveis.com.br). Bento Gonçalves, RS, 29 de março de 2023.</p>		
<p>Gelson Luís Rostrolla - Presidente do Conselho de Administração</p>		

BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO
Google play
DISPONÍVEL NA
App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2023, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; e, **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **II - EM AGE: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 15.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 19 de abril de 2023.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA COUROS S.A. CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289. CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 28 de abril de 2023, a fim de tratar: **ORDEM DO DIA: em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6404/76, correspondente ao exercício social findo em 31.12.2022; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2022 e a distribuição de dividendos; 3. Eleição do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; 4. Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da gratificação aos Administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** 1. Alteração da razão social Fuga Couros S.A. para Fuga S.A.; 2. Incluir no Estatuto que o Conselho de Administração possui o seu regimento interno; 3. Inclusão da atividade: Testes e análises técnicas, objeto do CNAE 7120-1/00 na Matriz e Filial de Camargo/RS, inscrita no CNPJ 91.302.349/0016-10; 5. Deliberar sobre a forma de convocação e realização das Assembleias; 6. Alteração do endereço da Fuga Couros S.A. – Filial Várzea Grande. 7. Deliberar sobre a permanência dos diretores em seus respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos diretores e registro da ata pela Junta Comercial; 8. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social com as alterações aprovadas em assembleia; 9. Outros assuntos gerais. MARAU, 20 de abril de 2023. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. **ASCOI**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LCBC IMÓVEIS/A - Avenida Rio Grande, 570 - Cassino - na cidade de Rio Grande/RS. NIRE (Jucergs) nº 43 3 0004043-7, CNPJ nº 04.137.830/0001-16, (Companhia Fechada). **Assembleia Geral de Acionistas - CONVOCAÇÃO:** Ficam os senhores acionistas da LCBC IMÓVEIS S.A ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada de forma híbrida, presencial na sede da Companhia, à Av. Rio Grande, 570 - Cassino - Rio Grande/RS e digital, via videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams", no dia 29 de abril de 2023, às 10h00min, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1.** Examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022; **3.** Eleição da Diretoria; **4.** Fixação da remuneração anual global da Diretoria; **5.** Assuntos gerais. Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico, pessoalmente ou por procurador constituído. No caso de participação por meio de procurador, a respectiva procuração deve ser encaminhada para a Companhia, pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br, com a maior antecedência possível, e no máximo em até 30 (trinta) minutos antes da hora da assembleia. O voto poderá ser exercido, ainda, via Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), enviado pelo acionista à Companhia pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br em até 3 (três) dias antes da data da assembleia. O envio do Boletim não impede o acionista de se fazer presente à assembleia e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o Boletim enviado será desconsiderado. O modelo do Boletim, os documentos necessários à representação dos Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como instruções completas para a participação na assembleia foram enviadas por correio eletrônico a todos os acionistas da Companhia. Rio Grande/RS 19 de abril de 2023. Osvaldo Luiz Cramer De Otero, Diretor; Nagib Mohamad Lemos Ahmad, Diretor; e, Marcela Fossati Otero, Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LINCK Máquinas S.A. - C.N.P.J. Nº 92.747.492/0001-00 • NIRE Nº 43 3 0001863 6•
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL: EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA: Convo-
 camos os Senhores Acionistas da Linck Máquinas S/A, com sede na Avenida das Indústrias nº 500, Bairro
 Industrial, Eldorado do Sul – RS, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser
 realizada às 15 horas do dia 03 de maio de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia: I –
Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Deliberar sobre o aumento do capital social de R\$ 38.000.000,00
 para R\$ 51.873.317,98, sem emissão de novas ações, mediante capitalização de Adiantamento para Futuro
 Aumento de Capital – AFAC, proveniente da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28/04/2022, e sobre a
 correspondente alteração do estatuto social, para registrar o novo capital social; II – **Em Assembleia Geral**
Ordinária: a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras
 relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; b) Deliberar sobre a destinação do
 Lucro Líquido do Exercício apurado em 31 de dezembro de 2022; c) Fixar a verba destinada à remuneração
 global dos Administradores e a remuneração do Conselho Fiscal para o exercício 2023. A assembleia
 ocorrerá em plataforma digital. Para participar da assembleia o acionista deverá solicitar o "link de acesso"
 encaminhando e-mail à Diretoria até às 16h do dia 02 de maio de 2023.
 Eldorado do Sul/RS, 24 de abril de 2023. Suzana Maria Matte Linck - Diretora Presidente 

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

 agencias@jornaldocomercio.com.br

 comercial@jornaldocomercio.com.br

 (51) 3213-1333 / 3213-1338

 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS S/A

CNPJ: 95.179.461/0004-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	13.970	118.589	Fornecedores	14.699	9.671
Contas a receber de clientes	32.670	25.661	Obrigações sociais	658	816
Estoques	1.614	1.049	Obrigações tributárias circulante	5.687	4.017
Impostos a recuperar	8.622	4.627	Passivos arrendados circulante	1.661	1.331
Partes relacionadas ativo circulante	12	-	Partes relacionadas passivo circulante	1.073	1.148
Outros ativos circulantes	337	171	Dividendos a pagar	930	-
Total do ativo circulante	<u>57.225</u>	<u>150.097</u>	Juros sobre capital próprio	1.754	-
NÃO CIRCULANTE			Outros passivos circulantes	17.734	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.222	580	Total passivo circulante	<u>44.196</u>	<u>17.011</u>
Depósitos judiciais	20	20	NÃO CIRCULANTE		
Adiantamentos para futuro aumento de capital A	300	562	Provisões para contingências	37	23
Outros ativos não circulantes	241	241	Passivos arrendados não circulante	1.526	2.495
Imobilizado	12.173	13.114	Partes relacionadas passivo não circulante	<u>17.388</u>	<u>120.345</u>
Intangível	24.434	9.859	Total passivo não circulante	<u>18.951</u>	<u>122.863</u>
Investimentos	3.752	1.052	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Direito de uso de ativos arrendados	2.817	3.410	Capital social	38.066	38.066
Total do ativo não circulante	<u>45.959</u>	<u>28.838</u>	Reserva legal	511	315
TOTAL DO ATIVO	<u>103.184</u>	<u>178.935</u>	Transações com acionista	53	-
			Prejuízos acumulados	(446)	(665)
			Resultado do exercício	1.853	1.345
			Total do patrimônio líquido	<u>40.037</u>	<u>39.061</u>
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>103.184</u>	<u>178.935</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucro	Resultado do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>28.366</u>	<u>248</u>	<u>726</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.340</u>
Integralização de capital	9.700	-	-	-	-	9.700
Resultado do exercício	-	-	-	1.345	-	1.345
Distribuição de dividendos	-	-	(1.005)	(320)	-	(1.324)
Constituição de reserva de lucro	-	-	959	(959)	-	-
Constituição reserva legal	-	67	-	(67)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>38.066</u>	<u>315</u>	<u>680</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.061</u>
Resultado do exercício	-	-	-	1.853	-	1.853
Distribuição de dividendos	-	-	(516)	(414)	-	(930)
Constituição reserva legal	-	196	-	(196)	-	-
Constituição de reserva	-	-	1.243	(1.243)	-	-
Outros	-	-	-	-	53	53
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>38.066</u>	<u>511</u>	<u>1.407</u>	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>40.037</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLÍNICAS S.A. ("Companhia"). Sociedade localizada na cidade de Porto Alegre, RS, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II"). Pandemia de Covid-19 - Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. A Companhia tomou algumas medidas estratégicas para fazer frente aos efeitos da pandemia, como por exemplo o reforço da posição de caixa, adoção de plataforma de telemedicina para atendimentos, além do reforço dos estoques de materiais e medicamentos para tratamento dos pacientes de COVID-19. A Companhia permanece monitorando todos os possíveis impactos da pandemia nas suas operações, bem como situação de caixa, crédito, câmbio, preço de ações e investimentos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPC 7, com a finalidade de divulgar sempre informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. **Continuidade operacional:** A administração tem expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4. Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurados ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativo financeiro** - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **"Impairment" de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do

ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5. Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.6. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.7. Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfiteiros em imóveis de terceiros"; e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida. São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada.

São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.9. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. A Companhia mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.11. Imposto de renda e contribuição social:** **Tributos correntes** - A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos** - Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%. A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	<u>86.201</u>	<u>67.678</u>
Custo dos serviços prestados	(53.428)	(45.967)
LUCRO BRUTO	<u>32.773</u>	<u>21.711</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(24.713)	(14.731)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	58	(35)
Resultado de equivalência patrimonial	1.211	283
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>9.329</u>	<u>7.228</u>
Receitas financeiras	7.483	4.760
Despesas financeiras	(14.515)	(10.199)
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(7.032)</u>	<u>(5.439)</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>2.297</u>	<u>1.789</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.020)	(715)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.576	271
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>1.853</u>	<u>1.345</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.853	1.345
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>1.853</u>	<u>1.345</u>

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.853	1.345
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7.283	2.631
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	3.846	2.292
Juros com arrendamento mercantil	-	80
Baixa de ativo imobilizado	-	55
Equivalência patrimonial	(1.211)	(283)
Provisão para contingências	14	13
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.576)	(542)
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(10.855)	(9.461)
Estoques	(565)	(600)
Impostos a recuperar	(3.995)	(1.221)
Outros ativos	(1.459)	(58)
Fornecedores	5.028	1.490
Salários e encargos	(158)	(251)
Tributos a pagar	1.670	-
Outros passivos	17.706	(6)
Caixa gerado pelas operações	<u>17.581</u>	<u>(4.516)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	1.066
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>17.581</u>	<u>(3.450)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(20.324)	30
Passivos arrendados	(639)	-
Aumento de capital	-	9.138
Dividendos recebidos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(20.963)</u>	<u>9.168</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamento	-	(1.171)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(9.700)
Pagamento de arrendamento mercantil	-	-
Partes relacionadas	(103.044)	10.002
Pagamento de dividendos	1.807	(1.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(101.237)</u>	<u>(2.193)</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(104.619)</u>	<u>3.525</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	118.589	115.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>13.970</u>	<u>118.590</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(104.619)</u>	<u>3.525</u>

nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.12. Reconhecimento de receitas:** (i) **Serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) **Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

Granjás 4 Irmãos S.a. Agropecuária, Indústria e Comércio - CNPJ n. 92.193.135/0001-39 - NIRE n. 433.000.174-78 - CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - Convocamos os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no prédio da sede da Companhia, em Porto Alegre, RS, na Av. Carlos Gomes, n. 328, no salão de eventos no subsolo, no dia 03 de maio de 2023, às 11 horas, para tratar da seguinte ordem do dia, em regime ordinário: **a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **d)** fixar a verba para remuneração dos administradores. E, em regime extraordinário, para tratar da seguinte ordem do dia: **a)** deliberar sobre o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante a capitalização de reservas no importe de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de Reais), promovendo, assim a alteração do Art. 4º do Estatuto Social. Porto Alegre, 24 de abril de 2023. Urbano Roxo de Oliveira - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A. (anteriormente denominado Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.)

CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. referentes a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia.

I) A Companhia: A CRVR oferece soluções integradas na área de tratamento de resíduos, utilizando tecnologias inovadoras e profissionais qualificados para fazer parte do processo de transformação e sustentabilidade. **II) Desempenho Operacional:** Para atender a demanda do mercado do Rio Grande do Sul a CRVR, por meio de suas cinco unidades de destinação final, uma de transbordo e uma unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde, oferece soluções ambientalmente adequadas para mais de 9 Milhões de pessoas no estado. Estar próximos de nossos geradores é um dos focos de nossos investimentos, com novas unidades que diminuem distâncias e custos e com estações de transbordo que melhorem a logística de transporte. Chamamos cada unidade de UVS (Unidade de Valorização Sustentável) pois cada uma delas deve apresentar a maior quantidade de tecnologias de reaproveitamento em função de sua região. Na energia verde, produzida com o biogás gerado da decomposição orgânica, gerávamos 7,5 MW/h e com a implantação em 2022 das térmicas de Santa Maria, Giruá e Victor Graeff passamos a 10,5 MW/hora, suficiente para atender uma cidade de 157 mil habitantes. Alinhamos as melhores e mais reconhecidas técnicas de engenharia e forte investimento em pessoas, investimos em nossa equipe e nas pessoas de nossas comunidades. Os programas Portas Abertas e Roda de Conversas aproximam a empresa das necessidades de desenvolvimento das comunidades no entorno de nossas operações. **III) Gestão de Pessoas:** A

CRVR, busca continuamente a capacitação de seus colaboradores, desenvolvendo programas que visam o aprimoramento específico no desempenho das suas atividades. O programa de estágio, vem sendo renovado e continua promovendo oportunidades para estudantes no nível de graduação a ingressarem no mercado de trabalho e adquirirem experiência. Todos os colaboradores são treinados em suas atividades sejam operacionais ou administrativas e investimos no desenvolvimento de carreiras internas. **IV) Segurança, e Meio Ambiente:** Com base nos preceitos da gestão integrada, a CRVR adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho. Comprometida com a preservação do meio ambiente, cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais. Todas as operações da empresa possuem licença de operação emitidas pelo órgão ambiental estadual. **V) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação:** Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos mediante o processo de auditoria, gestão de metas, documentos e planos de ação a CRVR mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente é realizado definição de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certificada nas ISOs 9001, 14001, 37001 e 45001. Promove a cultura de excelência e de consistência operacional, através da atuação no desenho, aplicação e governança dos programas de excelência que estimulam o cumprimento do padrões, processos e procedimentos críticos do negócio por meio de auditoria interna e externa. Suporta ainda as áreas de negócio na

condução de projetos de melhoria para atingimento de resultado através da aplicação de metodologia e ferramentas de solução de problemas assegurando a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação do cliente. **VI) Responsabilidade Social:** Em 2022 a companhia manteve seus projetos, a saber: Mediante um planejamento integrado com os municípios onde a empresa presta serviços, a CRVR colabora com a educação ambiental, por meio de palestras e de materiais impressos. **Dia do Voluntariado** – O Dia do Voluntariado faz parte do calendário da CRVR e ocorre duas vezes ao ano, reunindo todos os colaboradores da empresa, familiares e amigos, em ações voluntárias. As ações são realizadas em instituições locais, com pequenas reformas, plantas, pinturas, dentre outras atividades estruturais e recreativas. **O Projeto "Terra à Vista"** - foi elaborado a fim de percorrer diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, levando à conscientização ambiental, por meio de um espetáculo teatral. Através da execução da peça é possível discutir este tema, que é de grande importância social e, além disso, possibilita a reflexão de atitudes individuais que recaem no coletivo. Com a parceria mais sólida entre CRVR, Biotérmica, Ministério da Cultura, D. Marin Planejamento Cultural e as Prefeituras Municipais, o Terra à Vista retornou às apresentações no ano de 2022. Na retomada das apresentações, foram realizadas em 12 municípios: Giruá, Santo Ângelo, Não-Me-Toque, Minas do Leão, Santa Maria, Agudo, Candelária, Dona Francisca, Restinga Seca, Santa Cruz do Sul, Selbach e Tapera. Totalizando 3.000 pessoas beneficiadas. Por fim disponibiliza, ainda, canais de comunicação para seus *stakeholders*, para reclamações e sugestões, que contribuam com oportunidades de melhorias em seus processos e serviços. **VII) Investimentos:** Valorizar o futuro do planeta também é investir, por isso

entregamos para o Rio Grande do Sul um completo plano de investimentos. Novas unidades, novas tecnologias, novas demandas ambientais, fazem parte de nossa aposta em um lugar cada vez mais sustentável para todos os gaúchos. Através destes novos empreendimentos, queremos estar mais próximos às comunidades, para atender-las com novas atividades na área ambiental e geração de mais energia limpa para o estado do RS. Como plano estratégico de crescimento, a CRVR tem processos avançados de licenciamento e ampliação em andamento, que juntos, somam R\$ 155 milhões em até 5 anos, além de uma proposta de investimentos em novas tecnologias de R\$ 99 milhões para os próximos anos. **VIII) Compliance:** Ética e Integridade são compromissos inegociáveis na CRVR, para os quais não há tolerância para desvios. Há CRVR potencializou nos últimos anos as ações de integridade, fortalecendo e difundindo interna e externamente o seu Programa de Integridade Sustentável ("PIS"). A Companhia possui certificação ISO 37.001 (antisuborno), a qual incrementou os controles e monitoramentos no âmbito do Compliance. As ações de divulgação, treinamento e comunicação sobre o programa estão enraizadas na Companhia, com participação da Alta Direção em diversas oportunidades, incluindo a Presidência da Comissão de Integridade e Comitê de Condução. **Agradecimentos:** A Administração agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento a seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços. Todas as conquistas de 2022 só foram possíveis pelo incansável trabalho dos colaboradores da Companhia.

Balanco Patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021			
ATIVO	Notas explicativas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	59.109	2.296
Títulos e valores mobiliários	10	93	-
Contas a receber de clientes	11	39.088	57.349
Estoques		9.038	4.516
Impostos a recuperar	13	1.485	4.013
Outras contas a receber	13	727	1.422
Ativos mantidos para venda	12	1.470	1.470
Total do ativo circulante		111.010	71.066
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários	10	2.209	2.722
Impostos a recuperar	13	6.735	3.891
Contas a receber de clientes	11	6.104	-
Mútuos a receber de partes relacionadas		46.924	27.596
Ativo fiscal diferido	22	20.852	21.278
Outras contas a receber	11	165	177
Depósitos judiciais		74	99
		83.063	55.763
Imobilizado	14	135.660	115.961
Intangível		106	103
		135.766	116.064
Total do ativo não circulante		218.829	171.827
Total do Ativo		329.839	242.893

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Notas explicativas	2022	2021	
Circulante			
Fornecedores	15	14.945	17.605
Empréstimos e financiamentos	17	3.397	10.145
Debêntures	18	801	-
Salários, benefícios e encargos sociais	19	3.787	5.576
Impostos, taxas e contribuições	20	3.874	5.414
Imposto de renda e contribuição social	22	1.475	2.137
Dividendos a pagar	16	-	20.182
Adiantamentos de clientes		2.092	3.068
Outras contas a pagar		-	8
Total do passivo circulante		30.371	64.135
Não Circulante			
Fornecedores	15	429	6
Mútuos a pagar a partes relacionadas		-	258
Empréstimos e financiamentos	17	3.904	17.837
Debêntures	18	72.960	-
Passivo fiscal diferido	22	-	3.962
Provisões	21	68.178	60.317
Total do passivo não circulante		145.471	82.380
Patrimônio Líquido			
Capital social	24	82.124	54.904
Reserva de capital	24	4.491	4.491
Reservas de lucros	24	67.383	36.981
Ajustes de avaliação patrimonial	24	(1)	2
Total do patrimônio líquido		153.997	96.378
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		329.839	242.893

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
	Notas Explicativas	2022	2021
Receita operacional líquida	25	185.678	174.589
Custo dos serviços prestados	26	(128.878)	(117.500)
Lucro bruto		56.800	57.089
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	27	(2.576)	(605)
Despesas administrativas	28	(8.178)	(7.308)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	213	(3.208)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(10.541)	(11.121)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		46.259	45.968
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	30	7.006	2.250
Despesas financeiras	30	(6.689)	(5.250)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		317	(3.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		46.576	42.968
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(19.709)	(19.370)
Diferido		3.535	4.210
Lucro líquido do exercício		30.402	27.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	30.402	27.808
Remensuração do passivo de benefício definido	(3)	2
Total do resultado abrangente da Companhia	30.399	27.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2022	2021
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.402	27.808
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações e exaustões	12.108	12.044
Baixa de imobilizado e intangível	52	515
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	4.754	4.518
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(4.811)	(1.615)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	7.868	9.304
Provisão para crédito liquidação duvidosa	545	358
Provisão para contingências	133	277
Provisão de imposto de renda e contribuição social	19.709	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.536)	15.160
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	420	(251)
Contas a receber de clientes	11.303	(3.055)
Partes relacionadas	309	(732)
Impostos a recuperar	(5.202)	(167)
Estoques	(4.522)	(2.059)
Dividendos recebidos	-	1
Outras contas a receber	707	324
Depósitos judiciais	25	31
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	(1.470)
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	15.301	(1.681)
Partes relacionadas	(500)	447
Salários beneficiados e encargos sociais	(1.789)	2.644
Impostos taxas e contribuições	(1.540)	(1.638)
Pagamento de contingências e indenizações	(140)	(187)
Adiantamento de clientes	(976)	1.755
Outras contas a pagar	(11)	13.862
Caixa proveniente das operações	80.609	76.193
Pagamento de impostos sobre o lucro	(15.485)	(20.524)
Mútuos ativos - recebimento de juros	(428)	-
Mútuos passivos - juros pagos	289	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(4.169)	(4.337)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.216	51.332
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuos ativos - concedidos	(23.577)	(5.979)
Mútuos ativos - recebimento principal	8.779	716
Aquisição de ativo imobilizado	(31.833)	(40.911)
Aquisição de intangível	(29)	(99)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(46.640)	(46.273)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos passivos - captação	5.000	-
Mútuos passivos - pagamento de principal	(5.258)	-
Emissão de debêntures	75.000	-
Gastos com captação de debêntures	(2.040)	-
Empréstimos e financiamentos - captação	13.000	3.485
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(33.465)	(6.770)
Dividendos pagos	(10.000)	(17.520)
Caixa líquido proveniente das (aplicado às) atividades de investimento	42.237	(20.787)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.813	(15.728)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.296	18.024
No final do exercício	59.109	2.296
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	56.813	(15.728)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	41.049	4.491	3.603	42.989	-	92.132
Aumento do capital social	13.855	-	-	-	-	13.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.808	27.808
Reserva de lucros	-	-	-	27.808	(27.808)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(37.419)	-	(37.419)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	2	2
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	54.904	4.491	3.603	33.378	-	96.378
Aumento do capital social	27.220	-	-	-	-	27.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.402	30.402
Reserva de lucros	-	-	-	30.402	(30.402)	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	82.124	4.491	3.603	63.780	-	153.997

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. ("CRVR" ou "Companhia") opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão. As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandá. Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades. Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. A licença operacional para cada aterro sanitário possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional. **1.1 Efeitos do COVID-19:** Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **•** Nota explicativa nº 14 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação; **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **•** Nota explicativa nº 11 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber. **•** Nota explicativa nº 14 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; **•** Nota explicativa nº 21 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **•** Nota explicativa nº 22 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias; **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Compa-

nhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **•** Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **•** Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: (a) Receita de contrato com clientes; (b) Receitas financeiras e despesas financeiras; (c) Benefícios a empregados; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Ativo imobilizado; (g) Instrumentos financeiros; (h) Redução ao valor recuperável (impairment); (i) Provisões; (j) Ativos não circulantes mantidos para venda; (k) Distribuição de dividendos; (l) Receita de contrato com clientes. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. **Destinação final de resíduos – Aterro:** As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recebido, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Destinação final de resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as passagens das quantidades de resíduos depositados. **b) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias. A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **c) Benefícios a empregados - i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **d) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.**) - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

gamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transiam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e a valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 em suas demonstrações financeiras. **vi) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **h) Redução ao valor recuperável (Impairment) - i) Ativos financeiros não - derivativos:** A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. **Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outros. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento

dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e civis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade com o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 00,00% em 2022 (25,56% em 2021); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. **Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro:** A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. **j) Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Companhia classifica ativos não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. **k) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 24. **7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CRVR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Instrumentos financeiros - a) Gerenciamento dos riscos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital. As atividades da Companhia o risco de alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. **i) Risco de mercado - Risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

31 de dezembro de 2022							
Exposição patrimonial	Líquido (em RS)	Taxa de juros	Efeito no Resultado por Cenário				
			I - Efetiva em 31/12/2022	II - Pro-vável	III - 25%	IV - 50%	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	59.109	CDI	59.109	73.886	88.664	(73.886)	(88.664)
Empréstimos e financiamentos	7.301		18,01%	7.301	9.126	10.952	(9.126)
Títulos e valores mobiliários	2.209	CDI	2.209	2.761	3.314	(2.761)	(3.314)
Efeito			68.619	85.773	102.930	(85.773)	(102.930)

31 de dezembro de 2021							
Exposição patrimonial	Líquido (em RS)	Taxa de juros	Efeito no Resultado por Cenário				
			I - Efetiva em 31/12/2021	II - Pro-vável	III - 25%	IV - 50%	V - (50%)
Caixa e equivalente de caixa	2.296	CDI	2.296	2.349	2.402	(2.349)	(2.402)
Empréstimos e financiamentos	27.982		16,01%	27.982	29.102	30.222	(29.102)
Títulos e valores mobiliários	2.722	CDI	2.722	2.785	2.848	(2.785)	(2.848)
Efeito			33.000	34.236	35.472	(34.236)	(35.472)

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias		Entre 31 e 60 dias		Entre 61 e 90 dias		Entre 91 e 180 dias		Entre 181 e 360 dias		Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
		31 e 60 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias							
Caixa e equivalentes de caixa	59.109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários	2.302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.302
Contas a receber de clientes	18.303	8.078	1.380	670	2.060	2.903	13.138	(1.340)	45.192	46.924	-	-	-	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.924
Outras contas a receber	727	-	-	-	-	-	165	-	-	-	-	-	-	892
	80.441	8.078	1.380	670	2.060	2.903	60.227	(1.340)	154.419	154.419	-	-	-	154.419

Em 31 de dezembro de 2021	A vencer	Até 30 dias		Entre 31 e 60 dias		Entre 61 e 90 dias		Entre 91 e 180 dias		Entre 181 e 360 dias		Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
		31 e 60 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias							
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.296
Contas a receber de clientes	24.327	9.635	2.345	840	1.120	2.599	17.278	(795)	57.349	57.349	-	-	-	57.349
Outras contas a receber	1.422	-	-	-	-	-	177	-	-	-	-	-	-	1.599
	28.045	9.635	2.345	840	1.120	2.599	17.455	(795)	61.244	61.244	-	-	-	61.244

(a) Diferê do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. **b) Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novos ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Total do passivo circulante e não circulante	183.063	146.515
(-) caixa e equivalentes de caixa	(59.109)	(2.296)
(-) aplicação financeira	(2.209)	(2.722)
Dívida líquida	121.745	141.497
Patrimônio líquido	146.776	96.378
Quociente de alavancagem	1,21	1,47

c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros:	Hierarquia do valor justo	Categoria	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Con-tábil	Valor justo	Valor Con-tábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	Custo amortizado	59.109	59.109	2.296	2.296
Aplicação financeira	Nível 2	Custo amortizado	2.302	2.302	2.722	2.722
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	45.192	45.192	57.349	57.349
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	892	892	1.599	1.599
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	46.924	46.924	27.596	27.596
Total			154.419	154.419	91.562	91.562
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	-	-	20.182	20.182
Fornecedores e outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	15.374	15.374	17.619	17.619
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	-	-	258	258
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	7.301	6.934	27.982	27.982
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	73.761	75.105	-	-
Total			96.436	97.413	66.041	66.041

Total Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 21b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 21c. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil. **10. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários - a) Caixa e equivalente de caixa:** São compostas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	211	860
Certificado de depósito bancário (CDB)	58.898	1.436
	59.109	2.296

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 95,09% em 2022 (80% em 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8. **b) T-**

trumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática comum realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existent no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	59.109
Títulos e valores mobiliários	10b	2.302
Contas a receber de clientes	7	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	22	46.924
Outras contas a receber		892
	154.419	91.562

iii) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os ativos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreendem ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

	Nota explicativa	31/12/2022		Valor contábil
		31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários		-	-	2.302
Contas a receber de clientes		7	45.192	57.349
Mútuos a receber partes relacionadas		22</		

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.**) - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2021, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transfêrência	Saldo em 31/12/2022
Custo					
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	108.268	518	-	30.907	139.693
Terrenos, edificações e construção civil	32.949	68	-	(5.277)	27.740
Benefeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	22.702	3.682	-	459	26.843
Móveis e utensílios	838	71	-	-	909
Equipamentos de informática	754	474	-	21	1.249
Veículos e equipamentos	520	118	(55)	-	583
Imobilizado em andamento	34.915	26.902	-	(26.110)	35.707
	201.509	31.833	(55)	-	233.287
Depreciação					
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	(72.863)	(8.499)	-	(235)	(81.597)
Terrenos, edificações e construção civil	(657)	(915)	-	235	(1.337)
Benefeitorias em bens de terceiros	(465)	(20)	-	-	(485)
Máquinas e equipamentos	(10.538)	(2.365)	-	-	(12.903)
Móveis e utensílios	(418)	(68)	-	-	(486)
Equipamentos de informática	(500)	(114)	-	-	(614)
Veículos e equipamentos	(107)	(101)	3	-	(205)
	(85.548)	(12.082)	3	-	(97.627)
Total	115.961	19.751	(52)	-	135.660

	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa	Transfêrência	Saldo em 31/12/2021
Custo					
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	102.280	1.800	-	4.188	108.268
Terrenos, edificações e construção civil	13.607	8.195	-	11.147	32.949
Benefeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	20.298	2.118	-	286	22.702
Móveis e utensílios	656	182	-	-	838
Equipamentos de informática	599	155	-	-	754
Veículos e equipamentos	93	427	-	-	520
Imobilizado em andamento	23.017	28.034	(515)	(15.621)	34.915
	161.113	40.911	(515)	-	201.509
Depreciação					
Centrais de tratamento de resíduos - aterros					
Aterro e infra em aterros:	(63.570)	(9.293)	-	-	(72.863)
Terrenos, edificações e construção civil	(178)	(479)	-	-	(657)
Benefeitorias em bens de terceiros	(442)	(23)	-	-	(465)
Máquinas e equipamentos	(8.423)	(2.115)	-	-	(10.538)
Móveis e utensílios	(358)	(60)	-	-	(418)
Equipamentos de informática	(442)	(58)	-	-	(500)
Veículos e equipamentos	(93)	(14)	-	-	(107)
	(73.506)	(12.042)	-	-	(85.548)
Total	87.607	28.869	(515)	-	115.961

15. Fornecedores - O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	14.676	16.413
Partes relacionadas	698	1.198
	15.374	17.611
Circulante	14.945	17.605
Não circulante	429	6

16. Dividendos a pagar - São compostos como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	20.182	265
Aumento de capital social – nota 24	(10.182)	-
Dividendos adicional proposto	-	37.418
Dividendos mínimos obrigatórios – nota 24	-	-
Pagamento de dividendos	(10.000)	(17.501)
	Saldo final	20.182

17. Empréstimos e financiamentos: As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
BRDE, BNDES, CEF e BNB	TJLP-IPCA 5,71% a.a a 10,04% a.a	jul/25	6.953	24.484
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a a 4,05% a.a	fev/22	-	3.007
CDC	Pré-fixado de 3,85% a.a a 3,90% a.a	nov/24	348	491
			7.301	27.982
Circulante			3.397	10.145
Não circulante			3.904	17.837

Ao longo de 2022 e 2021, o endividamento da Companhia apresentou as seguintes mutações:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pgto. Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	24.485	8.000	3.701	(3.906)	(25.327)	6.953
Capital de giro	3.007	5.000	185	(1.922)	(8.000)	-
Crédito direto ao consumidor	490	-	67	(71)	(138)	348
	27.982	13.000	3.953	(4.169)	(33.465)	7.301
BRDE, BNDES, CEF e BNB	31.132	-	4.405	(4.281)	(6.771)	24.485
Capital de giro	-	3.000	62	(55)	-	3.007
Crédito direto ao consumidor	-	485	5	-	-	490
	31.132	3.485	4.472	(4.336)	(6.771)	27.982

Os montantes em longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Ju/2023	-	6.947
jun/24	3.371	6.940
jun/25	533	3.950
	3.904	17.837

Cláusulas Contratuais (Covenants): Em março de 2017, a Companhia contratou empréstimo junto ao BNDES, onde sua liquidação ocorreu em 15 de dezembro de 2022, cujo a respectiva garantia do empréstimo classificada como aplicação financeira, foi liberada e resgatada em 23 de janeiro de 2023. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia esteve adimplente a cláusulas contratuais.

18. Debêntures

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2022
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (a)	CDI + 3,00% a.a	22/11/2029	73.761
			73.761
Circulante			801
Não circulante			72.960

19. Salários, benefícios e encargos sociais: São compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	237	473
Encargos trabalhistas	496	2.151
Férias	1.527	1.243
Participação nos resultados	1.183	1.430
Outros	344	279
	3.787	5.576

20. Impostos, taxas e contribuições - São compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
ISS	1.269	1.260
PIS	536	654
Cofins	1.378	2.907
ICMS	197	40
IRRF	208	157
Pis/Cofins/CSLL	-	144
INSS Retido	-	198
ISS Retido	74	-
Outros	212	54
	3.874	5.414

21. Provisões - O saldo é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	695	720
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	62.707	56.024
operacional do sistema de aterro (c)	4.758	3.573
Provisão para obrigações contratuais futuras	18	-
	68.178	60.317

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal - São compostos como segue:

	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo em 31/12/2020	11	518	-	54	583
Compensação de depósitos judiciais - 2020	-	47	-	-	47
Adições	-	137	-	-	137
Pagamentos	(11)	(36)	-	-	(47)
	Saldo em 31/12/2021	666	-	54	720
Adições	85	96	2	-	183
Reversões	-	(14)	-	-	(54)
Pagamentos	(85)	(53)	(2)	-	(140)
	Saldo em 31/12/2022	695	-	695	695

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros - Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário: A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolato do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolato, sistemas de tratamento de percolato, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolato gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolato; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas

a) CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.: Em 18 de novembro de 2022 a CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das Debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures. Os recursos obtidos na Primeira Série das Debêntures serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinados dívidas. O valor da Segunda Série das Debêntures será destinado ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023. O prazo do vencimento é de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão. **Garantias e cláusulas restritivas (Covenants):** Com base nas demonstrações financeiras da CRVR de 31 de dezembro de 2022, os seguintes índices financeiros serão considerados como cláusula restritiva "Covenant" da Debênture: a) Índice de cobertura do serviço da dívida, conforme a seguinte fórmula do ICSD = EBITDA / SERVIÇO DA DÍVIDA, maior ou igual a 1,2. > EBITDA = Lucro líquido (+) IR/CS (+) Despesas Financeiras (+) Depreciação e Amortização (-) Resultado de equivalência (+) Dividendos e juros sobre capital próprio recebido; > Serviço da dívida = Amortização de principal + pagamento de juros. Em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, os Garantidores, de forma irrevogável e irretirável, prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Riograndense Participações S.A. (controladora direta da CRVR).

Conciliação da movimentação de debêntures

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31/12/2021	75.000	801
Debêntures	- 75.000	801
	- 75.000	801

22. Impostos, taxas e contribuições - São compostos como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	20.852	17.316

23. Partes relacionadas - Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.457 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.355 em 2021). **Outras transações com partes relacionadas:** Seguem os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Saldo de 31/12/2022	Saldo de 31/12/2021	Receitas 31/12/2022	Receitas 31/12/2021
Revita Engenharia S.A.	-	-	210	(1.695)
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	164	(1.325)
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	1	(1.043)
Revita Engenharia S.A.	-	1	498	444
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	-	29	-	-
Biotérmica Energia S.A.	1.249	1.402	35	464
Ecototal Sistemas de Gestão LTDA	-	15	-	-
Companhia Riograndense Valorização Resíduos	-	76	-	-
Outros	-	35	-	80
	1.249	1.558	698	1.198

Mútuos (não circulante):

	31/12/2022	31/12/2021
Revita Engenharia S.A.	-	258
Riograndense Participações S.A.	46.924	22.346
Biotérmica Energia S.A.	-	5.250
	46.924	27.596
Circulante	1.249	1.558
Não circulante	46.924	27.596
	48.173	29.154

Movimentação de mútuos no ativo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	20.353	-
Aplicação Juros	5.979	1.615
Recebimento do principal Encargos	(716)	115
Movimentos relacionados a capital	250	-
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.596
Aplicação Juros	23.557	4.406
Recebimento de juros	(489)	(8.779)
Encargos	632	-
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.923

Movimentação de mútuos no passivo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	213	45
Juros	45	258
Captação Juros	5.000	209
Pagamento de juros	(228)	(5.258)
Encargos	19	-
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.596

24. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, a controladora optou pelo aumento de capital social na Companhia, no montante de R\$13.855, efetuando o total do Capital social de R\$54.904. Em 10 de março de 2022, a controladora Riopar decidiu alterar o tipo jurídico da Companhia, transformando-a em sociedade por ações, sem solução de continuidade, passando a ser denominada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. Em 14 de dezembro de 2022, a CRVR celebrou um contrato de partes relacionadas com sua controladora Riograndense Participações S.A. ("Riopar"), o aumento do capital social da Companhia em R\$27.220, com a criação de 27.209.748 ações ordinárias, passando o capital social de R\$54.904 para R\$82.124, dividido em 82.123.737 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data, sendo (a) R\$17.038 mediante a compensação de créditos decorrentes do "Contrato de Assunção de Dívidas" celebrado entre a Companhia e a Riopar em 29 de novembro de 2022; e (b) R\$10.182, mediante a compensação de créditos decorrentes de dividendos declarados pela Companhia em benefício da Riopar e não pagos até a presente data. **b) Reserva de Capital:** As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços. **c) Distribuição de lucros:** A Administração deliberou em 14 de dezembro de 2022 pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em estat

<p>...continuação</p>	<p>CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (anteriormente denominado Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.) - CNPJ nº 03.505.185/0001-84</p> <p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</p>	<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/0</p> <p>Wallace Weberling Pereira Contador CRC SP-230870/0</p>
<p>das com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. <p>São Paulo, 31 de março de 2023.</p>		

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Sonda Transportes S/A
C.N.P.J. N.º 88.584.875/0001-29
N.I.R.E. 43.300.035.999

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas de SONDA TRANSPORTES S/A, a se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, a Av. Rubem Bento Alves, n.º 380, em Caxias do Sul, RS, as 14:00 horas do dia 12 de maio de 2023, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2022; e b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício.

Caxias do Sul, RS, 20 de abril de 2023.
Joel Marcos Sonda - Anacleto Sonda
Diretores

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

